



## CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELACIONALIDADE NAS PESQUISAS PARTICIPATIVAS COM CRIANÇAS E JOVENS NO/DO SUL GLOBAL

*NOTES ON THE RELATIONSHIP IN PARTICIPATORY RESEARCHES WITH CHILDREN AND YOUTH IN/OF THE GLOBAL SOUTH*

Juliana Siqueira de Lara<sup>1</sup>  
Paula Pimentel Tumolo<sup>2</sup>  
Felipe Salvador Grisolia<sup>3</sup>  
Sabrina Dal Ongaro Savegnago<sup>4</sup>

### Resumo

O presente artigo apresenta reflexões sobre a pesquisa participativa a partir das relações estabelecidas entre crianças, jovens e adultos. Tendo como base as diferentes pesquisas que os autores participaram, se problematizam dois universalismos que se fazem ver nos estudos com crianças e jovens. De um lado, há o universalismo da psicologia do desenvolvimento que objetifica crianças e jovens como indivíduos menos capazes e em vias de aquisição de racionalidade e identidade. De outro lado, estudos recentes realizados eminentemente em países do Norte tomam as novas gerações como seres autônomos que podem claramente enunciar sua voz e ponto de vista se dadas as condições para tal. Em antagonismo a tais universalismos, se defende a ideia de que a relação interdependente entre pesquisador e pesquisado produz ambos os sujeitos e que é nesta relação que a pesquisa pode se fazer participativa e relevante para aqueles que nela tomam parte.

**Palavras-chave:** Crianças; jovens; pesquisa participativa; relacionalidade.

### Abstract

The present article presents a series of reflections upon participatory research, focusing on the relationships established between children, young people and adults. Based on the different researches the authors have taken part in two universalisms often present in studies with children and young people are problematized. On the one hand, developmental psychology's universalism objectifies children and young people as individuals who are less capable than, and in the process of acquiring rationality and identity. On the other hand, recent studies conducted mainly in the global North project the newer generations as autonomous beings that can clearly enunciate their voices and state their points of view, as long as the proper conditions to do so are guaranteed. In opposition to such universalisms, it is defended that the interdependent relationship between the researcher and the researchee produces both subjects, and that it is through this relationship that the research can be made participatory and relevant to those taking part in it.

**Keywords:** Children; young people; participatory research; relationality.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. j.siq.lara@gmail.com. Endereço para correspondência: NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Prédio da Decania do CFCH, Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. CEP 22.290-902. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9626-0215>

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. paulatumolo@gmail.com .ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5238-9212>

<sup>3</sup> Doutor em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor Substituto na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. flpgrisolia@gmail.com .ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0553-6141>

<sup>4</sup> Doutora em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. sabrinadsavegnago@gmail.com .ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1052-1005>

## INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, pesquisas filiadas aos paradigmas desenvolvimentista e da socialização conceberam crianças e jovens enquanto objetos de pesquisa de quem se fala sobre (Prout & James, 2015 [1997]). Tais investigações produziram e descreveram um sujeito criança/jovem universal, abstrato e imutável, que não é subjetivado pela própria condição de pesquisa e pelas interações que esta proporciona. Nestes casos, os/as pesquisadores/as normalmente assumem uma posição paternalista nas práticas de pesquisa, as quais são eles/as, os adultos, que sabem ou devem dizer aquilo que as crianças, caracterizadas pela vulnerabilidade e incompetência, não seriam capazes de expressar (Christensen & Prout, 2002). Inversamente, e como resposta a essa abordagem desenvolvimentista, a partir das décadas de 80 e 90 e especialmente entre investigadores/as de centros europeus, tem se procurado entender a criança e o jovem a partir de sua capacidade de agência e autonomia individual, sobretudo nas situações de pesquisa (Castro, 2020a). Esta crítica, advinda de estudos multidisciplinares no campo da Infância e Juventude, se mostrou profícua para a concepção destes sujeitos enquanto historicamente e culturalmente situados e enquanto atores na construção do mundo social.

No entanto, entendemos como problemático o universalismo que também é produzido por estes estudos mais recentes ao definirem uma maneira “nova” de se representar e pensar as crianças univocamente a partir de sua agência individual. Essa perspectiva tem se apoiado em conceitos universais sobre as crianças e jovens e é produtora de uma concepção global de civilização e modernização a partir de centros europeus (Castro, 2020a). Nesse sentido, procuramos aqui não só problematizar o universalismo da abordagem desenvolvimentista, mas também colocar em questão o universalismo produzido na pesquisa com crianças e jovens feita a partir da noção de uma “criança global” (Castro, 2020a), agente e autônoma, que sabe tudo sobre si, e para quem o pesquisador precisa apenas conceder os meios para que expresse sua voz. Os fundamentos que embasam ambas as perspectivas – a desenvolvimentista e a da criança agente – estão embutidos no projeto hegemônico de modernização dos países do Norte, que concebe a autonomia e o individualismo como uma busca inevitável e desejada em todos os contextos do globo (Castro, 2020a).

A partir de um aporte de reflexões teóricas e de experiências empíricas, neste artigo temos como principais objetivos: produzir um deslocamento na compreensão das práticas de pesquisa com crianças e jovens e suas concepções ético-políticas a partir da relacionalidade entre os sujeitos nela implicados; e pensar esses sujeitos como imersos e produzidos/produtores de um contexto institucional e geopolítico situado e permeado por estruturas de poder. Assim, entendemos as pesquisas feitas com crianças e jovens como situadas e tendo como condição para a sua produção a relacionalidade entre os sujeitos crianças, jovens e adultos envolvidos nelas. Pensaremos neste deslocamento a partir da realidade brasileira, buscando não cair no engodo de fagocitar acriticamente as teorias e conceitos produzidos a partir de centros globais de produção de conhecimento hegemônico. Para tanto, buscaremos entender como práticas de pesquisas participativas pensadas de forma situada e relacional produzem e são produzidas pelos sujeitos ali implicados, questionando também como elas podem servir aos interesses de crianças e jovens, sobretudo, negros, pobres e do Sul global. As temáticas exploradas neste trabalho estão divididas em três seções e acompanham as investigações realizadas por um grupo de pesquisa vinculado ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ) e surgem como interrogações para os autores a partir da participação e de discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho “Juventudes e Pesquisas Participativas” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP).

## POLITIZANDO A RELAÇÃO DE PESQUISA: O ENCONTRO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS

Em primeiro lugar, cabe analisar como as dinâmicas de poder se colocaram historicamente na relação entre um pesquisador adulto e uma criança ou jovem. Pesquisas em psicologia crítica apontam como o poder estrutura e suporta as relações e as subjetividades em todos os ambientes sociais. Hollway (2005), por exemplo, demonstra como o relacionamento amoroso heterossexual é local de subjetivação para homens e mulheres. Isto porque em dado relacionamento se abrem locais discursivos para que os sujeitos ocupem determinadas posições com base em seu gênero. A mulher, por exemplo, é posicionada por discursos sociais como aquela que tem o papel de sentir o relacionamento e as emoções que ali estão em jogo. Este modelo faz com que homens e mulheres se produzam subjetivamente de formas diferentes.

O estudo acima serve para ilustrar nosso ponto de vista de que todo encontro é permeado por relações de poder. Alguns autores chegam a afirmar que o poder deve ser questão central para análise psicológica (Parker, 1989; Hook, 2014). Isto se coloca porque é nestas relações que os sujeitos vão se produzir subjetivamente. Nesta visão esboçada por autores que se aliam ao pós-estruturalismo (Henriques et al., 2005; Parker, 1989; Rogers, 2011), as dinâmicas de poder entram e constituem relacionamentos, encontros e subjetividades em um jogo constante de submissão e resistência. Esta visão desloca a que aponta o poder como algo exercido por apenas alguns indivíduos, os poderosos e soberanos. Não se trata de dizer que esta dinâmica de poder centrada em algumas figuras de autoridade não exista ou que seja sem importância. O exercício de autoridade e suas consequências se fazem ver e sentir. Vivendo no contexto pandêmico brasileiro atual, somos testemunhas dos inúmeros malefícios de termos pessoas despreparadas em posições de comando. Entretanto, para além deste exercício mais explícito, em que um indivíduo investido de autoridade manda e outros o obedecem, o que estes autores apontam é como o poder se espalha pelo tecido social e pelos indivíduos que o constituem.

A distribuição desigual de poder, e a produção social e subjetiva daí decorrente, é um fato incontornável em nosso contexto atual. Disto não deve ser depreendido um elogio a diferenças nas relações de poder e a relações de subordinação que daí decorrem. Antes, acreditamos que é na atenção a esta dinâmica de poder e nas suas brechas que podemos realizar pesquisas com crianças e jovens que sejam tomadas por estes indivíduos como relevantes e que possam levar a relações geracionais menos desiguais.

O ato de pesquisar, como qualquer ato relacional em um contexto social, envolve determinadas relações de poder. Herdeiro da Modernidade Europeia, o modelo clássico de pesquisa coloca de um lado o homem (e a referência ao gênero aqui é importante) como ser pensante e conhecedor e, do outro lado, a natureza, objeto que será conhecido (Adorno e Horkheimer, 2006). Neste modelo temos o experimento e o laboratório como expedientes que permitiram que conhecimento objetivo e verdadeiro seja retirado do mundo. A passagem deste modelo, calcado nas Ciências da Natureza, para a Psicologia, não foi um empreendimento fácil, uma vez que o objeto que se quer conhecer, a psique humana, não obedece às mesmas lógicas de observação que o mundo natural (Figueiredo, 2008). Entretanto, tal empreendimento foi realizado e, embora muito criticado, os estudos de desenho experimental ou quase experimental ainda hoje gozam de maior prestígio dentro das ciências psicológicas, pois são muitas vezes tomados como mais ou verdadeiramente científicos (Rogers, 2011). Neste modelo de pesquisa, o cientista se encontra em uma situação em que usa de seu poder para estruturar uma determinada situação e dela tirar hipóteses e leis gerais e universais. O

pesquisador, então, se coloca como sujeito do conhecimento, enquanto os indivíduos pesquisados são reduzidos à condição de objetos respondentes que confirmam ou refutam hipóteses. Burman (2008) aponta como este modelo foi tomado nos estudos sobre crianças e jovens realizados pela Psicologia do Desenvolvimento. Desenhos de pesquisa em que crianças são filmadas ou observadas enquanto participam de situações ou executam tarefas previamente estruturadas são exemplos de formas como a psicologia gerou conhecimentos sobre estes sujeitos. Aqui, a relação de poder entre pesquisador/a e pesquisado/a não é colocada em questão, na medida em que é a partir dele que as situações são estruturadas e as variáveis controladas, objetivando extrair conhecimento sobre o funcionamento cognitivo, afetivo ou social de crianças e jovens.

O encontro do pesquisador adulto com crianças e jovens também coloca outra dinâmica de poder em jogo, a geracional. Autores como Alanen (2001), Qvortrup (2010) e Wyn e White (1997) tomam o entendimento de geração como uma estrutura que compõem as diferentes formações sociais. Com isto apontam para a ideia de que o tecido social se estrutura de forma a dividir os indivíduos que os compõem em diferentes categorias, atribuindo diferentes prerrogativas e responsabilidades para esses atores sociais com base na geração de que fazem parte. Ou seja, a geração fundamenta e justifica uma determinada partilha de poder dentro de um tecido social dado. Alanen (2001) ainda coloca que as categorias geracionais são relacionais, uma vez que um segmento geracional só existe em relação aos outros segmentos que compõem aquele grupamento social. Assim, crianças e adultos são lugares produzidos e reproduzidos através de práticas, performances, experiências e normas sociais que sustentam o processo interdependente de ser criança ou ser adulto. Só podemos nos identificar como adultos porque há um outro com quem nos relacionamos, e que nomeamos como criança – e vice-versa. Portanto, nos dizem os autores, de forma semelhante a como uma sociedade pode dividir os indivíduos que nela habitam em termos de classe social, raça ou gênero, o mesmo se coloca em termos geracionais. Isto é, os indivíduos serão divididos em diferentes categorias geracionais a partir de critérios específicos, de forma semelhante a que nossa sociedade calcada em padrões patriarcais, brancos e de classe média separa homens e mulheres por arranjos de gênero, brancos e negros por determinações raciais, ricos e pobres por critérios econômicos. Nesta partilha, diferentes conformações institucionais, expectativas sociais, possibilidades de ação e posições discursivas se colocam para os diferentes indivíduos que compõem o tecido social.

A partilha geracional dentro de sociedades influenciadas pela Modernidade Europeia, como a nossa, traz consigo uma política de idade específica (Castro, 2020b). Isto se dá porque a idade, medida em termos de anos biológicos vividos, começou a ser tomada como um índice universal que atesta para capacidades e possibilidades de ação de determinado indivíduo. O que temos, então, é a produção de uma lógica desenvolvimentista que se usa da idade e da estrutura biológica infantil e juvenil para colocar crianças e jovens como sujeitos incapazes e ainda em formação, enquanto adultos seriam indivíduos biologicamente prontos, portanto, superiores (Burman, 2009; Castro, 2020b). Não se trata aqui de negar diferenças biológicas entre crianças, jovens e adultos, mas de apontar como o biológico é apropriado pelo social para justificar assimetrias nas relações de poder (Alanen, 2001). Lógica que se fundamenta no paradigma moderno e que se faz ver na psicologia do desenvolvimento e que coloca o pensamento racional lógico e dedutivo como epítome do desenvolvimento humano (Piaget, 1999). Destacamos aqui que longe de ser uma forma mais evoluída ou melhor de pensar, tal tipo de pensamento é também um produto social e histórico que está intimamente ligado à organização social capitalista ocidental (Buck-Morss, 1975; Nandy, 2015; Walkerdine, 1995) que se tornou hegemônica ao se impor pelo globo.

Ora, esta diferença de poder geracional tem consequências nos momentos em que realizamos pesquisas com crianças e jovens, uma vez que tal diferença se coloca no processo de pesquisa (Best, 2007; Castro, 2008; Lohmeyer, 2020). Muitas vezes o pesquisador, adulto, é tomado como aquele que mais ou que tudo sabe. O fato de estar inserido na universidade, instituição que é legitimada como produtora de saber socialmente válido, mesmo que tal posição seja questionada por muitos de nossos governantes nos dias atuais, potencializa esta desigualdade. O encontro pesquisador e pesquisado ainda carrega consigo outras assimetrias que se relacionam a questões de poder. O pesquisador, além de adulto, possui uma cor, orientação sexual, gênero e condição econômica. Argumentamos na seção final do presente texto que a pesquisa participativa deve estar sempre atenta a tais dinâmicas de poder.

Na medida em que o pesquisador em psicologia ocupa um determinado local social de saber/poder, é recorrente em pesquisas realizadas pelo NIPIAC/UFRJ que crianças e jovens pesquisados se coloquem de forma tímida, apontem que não sabem se entenderam muito bem a atividade proposta ou se possuem as capacidades para responder de forma adequada (Castro et al, 2010; Lara, 2016). Este expediente chega a ocorrer mesmo em momentos em que afirmamos que não existiam maneiras certas e erradas de responder ou participar de determinada pesquisa ou intervenção. Ainda, a/o pesquisadora/o em psicologia, pode ser tomada/o como aquela/e que tem os mecanismos para extrair e enunciar a verdade interna da criança e do jovem que, no final das contas, por ainda estarem em um suposto estágio de formação psíquica, não teriam as capacidades cognitivas para tal. Em pesquisas em escolas, por exemplo, muitas vezes somos colocados pela direção escolar no papel daquele que poderá resolver ou ajudar alunos que supostamente atrapalham a dinâmica institucional ou mesmo aqueles que padecem de sofrimento psíquico (Castro et al, 2010; Savegnago, 2018).

Portanto, a abordagem tradicional da psicologia do desenvolvimento enxerga a criança como um objeto de pesquisa e, muitas vezes, negligencia a sua ação. O desenho metodológico das pesquisas filiadas por essa tradição reflete um interesse ingênuo, muitas vezes paternalista, de proteger as crianças como seres essencialmente incompetentes ou vulneráveis (Castro, 1998; Christensen & Prout, 2002). Em muitos casos, as crianças e jovens são percebidos como incompetentes e, conseqüentemente, incapazes de compreender a ideia da pesquisa, sem a capacidade de consentir com ela ou de ter voz na sua concepção, implementação e interpretação. Em outras situações, os adultos que participam da vida das crianças e jovens reforçam a representação de imaturidade e irresponsabilidade realizada sobre elas, não consultando tais sujeitos acerca de seus desejos e interesses para o envolvimento nas pesquisas. Nesse sentido, as crianças ficam em uma posição subordinada aos adultos, que, na maioria das vezes, são colocados como garantidores de bem-estar e conhecimento acerca dos mais novos (Christensen & Prout, 2002). Distanciar-nos do modo afirmativo de tais teorizações e práticas empíricas nos convoca a nos questionarmos acerca de outras possibilidades de se teorizar a infância e a juventude e separá-la do desenvolvimentismo unívoco e hegemônico produzido até aqui pela psicologia do desenvolvimento.

## **NEM SÓ SUBORDINAÇÃO, NEM SÓ AUTONOMIA: A RELACIONALIDADE NA PESQUISA COM CRIANÇAS, JOVENS E O/A PESQUISADOR/A ADULTO/A**

Nas últimas décadas, mais precisamente nos últimos 30 anos, os movimentos acerca dos direitos das crianças e dos jovens e os Estudos da Infância, filiados a uma produção institucional especialmente europeia, têm reivindicado e impulsionado novos ideais normativos e universalistas nos estudos das crianças e dos jovens. Se até então o

paradigma desenvolvimentista orientava as pesquisas com crianças e jovens em Psicologia, atualmente, noções de agência, autonomia, competência, responsabilidade e direitos das crianças têm se tornado relevantes nos discursos acerca de uma “infância global” contemporânea (Castro, 2020a). A reivindicação dessa mudança paradigmática é justificada pela crítica ao desenvolvimentismo que concebe a infância e juventude de forma abstrata, universal e subjugada aos adultos e passa a concebê-la de forma agente, autêntica e participativa (Hanson, 2016; Wyn & White, 1997; Wyness, 2012). Como efeito, pesquisas qualitativas com crianças e jovens deslocaram, de um polo ao outro, a posição dos mais jovens nas pesquisas que passaram não apenas a “ter voz” como também serem as “únicas vozes” dessas investigações, sendo os adultos às vezes empurrados para segundo plano como sujeitos marginais em relação ao campo da participação das crianças nas pesquisas (Wyness, 2012).

Ambas as perspectivas, a desenvolvimentista e a da criança global com autonomia e agência, carregam concepções que universalizam a representação das crianças em todas as partes do globo (Castro, 2020a), ora subestimando as crianças e jovens frente à autoridade adulta, ora invisibilizando os adultos frente a superestimação dada às crianças e jovens. Neste artigo, argumentamos que não se trata de uma oposição entre submissão de um lado e autonomia/agência individual de outro, mas uma “complementaridade tensa” (Szulc, no prelo), em que crianças e jovens se encontram e se relacionam com adultos sem que isso implique em concepções unívocas, excludentes e universais acerca de suas posições.

A “relacionalidade” está sendo entendida aqui como eminentemente processual, imprevisível e engajada com o comprometimento dos sujeitos da relação. Uma relação de trabalho ou uma relação de jovens em uma sala de aula, por exemplo, referem-se à condição de “estar com o outro”, “estar lado a lado” que não necessariamente atestam o comprometimento entre aqueles que estão ali. Isto quer dizer que a nomeação de algo como “relação” pode encapsular, em um só tempo e sob uma mesma significação, uma série de modalidades de se estar com o outro na vida sem que saibamos de suas condições e especificidades. Dessa forma, “relacionalidade” se diferencia de “relação”, na medida que não se encerra por uma nomeação. Ao apostar na relacionalidade como eminentemente processual, entendemos que há um campo de significação aberto para ser preenchido a cada vez e por cada sujeito que em uma relação se insere.

Dessa forma, a compreensão das pesquisas participativas com crianças e jovens a partir da relacionalidade implica em uma concepção de sujeito diversa tanto do modelo desenvolvimentista, pautado pela vulnerabilidade e incompetência das crianças e jovens, quanto do modelo baseado em sua agência individual e autonomia como atributos exclusivos de uma participação autêntica. O olhar para a relacionalidade evoca as posições de crianças, jovens e adultos enquanto interdependentes e, portanto, possivelmente parceiros, colaboradores e atores que vivenciam uma gama ampla de funções dentro de contextos de pesquisas participativas (Best, 2007; Castro, 2008; Lohmeyer, 2020; Figueira-mas, Perondi & Flores, 2020; Menezes, Colaço, Adrião, 2018; Wyness, 2012). Destacamos a seguir duas dimensões a partir das quais pensamos os sujeitos de pesquisa a partir da relacionalidade: a afetividade e a opacidade subjetiva. Em seguida, apresentamos como tais elementos podem favorecer o pacto de pesquisa entre pesquisador/a e pesquisado/a.

A dimensão afetiva é um elemento de investigação tão importante quanto a racionalidade e a discursividade. Por muito tempo reivindicou-se a supressão dos afetos na pesquisa, pressupondo que houvesse uma “frieza emocional” entre os envolvidos, especialmente do lado dos/as pesquisadores/as. Entretanto, a afetividade, ou seja, a raiva, o medo, a amorosidade etc. dos sujeitos pesquisados como também dos/das pesquisadores/as são incluídos

aqui como produzidos pelo próprio processo de pesquisa enquanto dados de análise que dizem sobre a complexidade dos sujeitos envolvidos na investigação (Jasper, 1998; Ost, 2004; Castro et al, 2018).

Em nossas pesquisas com crianças e jovens no ambiente escolar, as emoções e as expressões não-verbais, como sons, ruídos e a corporalidade, foram importantes para compreendermos as dinâmicas sociais e intergeracionais que criam condições de fala e de escuta para as crianças e jovens na escola, e na própria situação de pesquisa (Castro et al, 2018). O ressentimento e o medo, por exemplo, são elementos de análise nesses campos de pesquisa como afetos que mobilizaram os/as alunos/as na relação com os/as professores/as e diretores/as de suas escolas. Os afetos puderam aparecer não somente a partir da discursividade, mas também foram observados pelas pesquisadoras a partir de gestos corporais e entonações. Em alguns encontros com adolescentes, perguntava-se a eles/as o que faziam frente a uma situação em que se sentiam desrespeitados/as. A opção de “ficar com raiva, mas não fazer nada” foi a mais escolhida e os/as alunos/as a justificaram da seguinte maneira:

“Nenhum professor se interessa por dar aula, eles não estão nem aí se os alunos aprendem ou não” – em seguida, movimentou os ombros de cima para baixo e soltou um ar forte pela boca, como uma aparente forma de chateação pelo descaso sentido.” (Castro et al, 2018, p. 8)

“É por que se a gente responde, vai parar na direção, aí a diretora manda anotação para casa, o pai briga...” ... E outro completa: “Ele tem medo, tia!”. Quando questionado do quê teria medo, o primeiro responde: “De apanhar!” (Castro et al, 2018, p. 10-11)

A opacidade subjetiva é outro elemento constitutivo de uma perspectiva de pesquisa participativa com crianças a partir da relacionalidade, e é compreendida aqui a partir da concepção freudiana, que admite o inconsciente como constitutivo de nossas ações no mundo (Freud, 2001 [1900]). Assim, a opacidade subjetiva diz da (im)possibilidade do sujeito se saber por completo, por seus desejos nem sempre estarem disponíveis para o seu próprio conhecimento consciente (Butler, 2005). Diferentemente da expectativa postulada pelas teorias desenvolvimentistas acerca da pesquisa sobre crianças e jovens, em que os adultos investigadores/as detêm um conhecimento soberano sobre si e objetivam alcançar plena compreensão sobre crianças e jovens pesquisados/as a partir de suas ações e falas, a leitura da relacionalidade aposta nos limites do conhecimento e da transparência do eu e do outro.

A opacidade subjetiva dos sujeitos envolvidos na atividade de pesquisa pressupõe a experiência de vulnerabilidade na investigação, uma vez que, embora o/a pesquisador/a tenha programado e desenhado a sua pesquisa de campo previamente, é apenas no encontro com os sujeitos pesquisados que a sua pesquisa se desenrolará. Esta vulnerabilidade aponta, portanto, para a interdependência desses sujeitos e para o caráter contingente da relação entre pesquisador/a adulto e pesquisado/a criança/jovem, abrindo mão do controle e cálculo rígidos do processo de pesquisa, e abrindo espaço para o desconhecimento acerca da ação do outro e de sua própria reação.

Reconhecer a opacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa tem se mostrado importante em nossas investigações, permitindo que pesquisadores/as e pesquisados/as se surpreendam e se percebam em situações novas e, muitas vezes, transformadoras no desenrolar das pesquisas. Ao longo do trabalho de campo de sua pesquisa de Mestrado, Lara (2016) se deparou com diversas ocasiões em que se viu insegura de caminhar pelas ruas da comunidade na qual moravam as crianças com quem pesquisava, por se tratar de um local cuja violência urbana se apresentava com muita regularidade. Em um extrato específico, a pesquisadora havia sido convidada a conhecer a casa onde muitas crianças passavam as tardes, só que era um lugar distante e que a pesquisadora nunca tinha ido.

Ao conversar sobre essa ida com um grupo de crianças, de 10 e 11 anos, uma delas a questionou: “Mas você vai saber voltar de lá, tia?”. A pesquisadora ouviu aquela pergunta, refletiu rapidamente sobre ela e, a partir do que a criança questionou, ela mudou os seus planos, pois concluiu que não saberia voltar do local onde pretendia ir. A intervenção da menina, endereçada à pesquisadora, fez com que ela reavaliasse a sua segurança em andar sozinha pela comunidade e o desenrolar da pesquisa naquele momento se transformou.

A pesquisa sob o olhar da relacionalidade dá lugar para que a afetividade e opacidade subjetiva das pessoas envolvidas na pesquisa tenham lugar e parecem favorecer o estabelecimento de pactos de confiança entre os sujeitos envolvidos. Atualmente, multiplicam-se as leis, as normas e os contratos na pesquisa científica, mas o trabalho de campo que nomeamos como participativo, que revela a importância da relação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa, qualifica-se pela aposta que um sujeito realiza sobre o outro. Nesse sentido, cada um dos sujeitos envolvidos na pesquisa, seja o/a pesquisador/a ou o/a pesquisado/a, jovem ou adulto, institui o outro em um lugar e, assim, espera-se, sob o risco de o outro não ocupar este lugar, que se cumpra o pacto realizado a partir de uma relação de confiança estabelecida. O pacto aqui é essencialmente essa aposta, compreendida por um referencial psicanalítico (Czermak, 2013), que institui o outro em um lugar, graças à confiança que, às vezes, é bom lembrar, pode não se apoiar em nenhuma razão prévia.

A construção e o estabelecimento da confiança não estão dados de antemão e não há uma cartilha quanto ao seu funcionamento. Nas pesquisas nas quais desenvolvemos, o estabelecimento da confiança na relação de pesquisa tem se mostrado presente quando o/a pesquisador/a consegue criar um ambiente facilitador de fala e escuta com os sujeitos jovens pesquisados e na instituição em que é acolhido/a. Escutar na pesquisa não significa apenas deixar o outro falando enquanto o/a pesquisador/a se cristaliza na posição de ouvinte-inquisidor/a. A escuta na pesquisa participativa passa pelo desejo interessado no outro, por uma espécie de descentramento de nossas posições originárias, pela possibilidade de deixar cair o cumprimento dedicado e exemplar de nosso papel, por um percurso de “caminhar junto” com o sujeito que está dizendo e, também, uma não antecipação de sentido a partir do que está sendo dito. Para escutar é importante não compreender por completo o que o outro diz e, assim, propiciar que ele continue dizendo. A partir da escuta atenta, há uma aposta por parte do sujeito de pesquisa de que poderá, sim ou não, deixar-se confiar pelo/a pesquisador/a interessado/a em lhe ouvir.

No início do trabalho de campo de Lara (2016), a aproximação da pesquisadora com crianças e jovens foi marcada por questionamentos sobre os interesses e o lugar ocupado por ela na interação com as crianças: “Tia., você é espia?”, perguntou uma menina. “É que você é muito curiosa, tia!”, ela completou. Em outra ocasião, um menino de 12 anos pergunta, descrente, para a pesquisadora: “Você está aqui pra dedurar a gente pra diretora da escola, não é? Você é muito esperta, veio só conhecer a gente pra pegar as nossas informações e depois ir embora!”. Conforme os seus laços de convivência foram se estabelecendo, as crianças colocaram a pesquisadora em lugares distintos na relação com elas: para as crianças mais novas, era a “tia brincalhona” que brincava, corria e se diferenciava das outras tias que não brincavam na hora do recreio; para outras meninas, um pouco mais velhas, foi vista mais como uma “tia amiga”, que era convidada para andar juntas pelas ruas de onde moravam e contar segredos sobre relacionamentos e suas famílias; para outras crianças e jovens, foi vista como “a psicóloga” e a quem endereçavam situações difíceis na expectativa de que pudessem ser ajudadas. Essas mudanças de posições nos fizeram refletir que, nem sempre o/a pesquisador/a cumpre o lugar estabelecido pelos sujeitos da pesquisa e vice-versa. Essa flexibilidade nos lugares ocupados convoca os sujeitos da relação a estarem sempre tendo que repactuar os pactos de



confiança construídos, demonstrando que tais pactos não estão dados de antemão, mas são construídos e renovados no desenvolver da investigação.

## A SITUACIONALIDADE EM PESQUISAS COM CRIANÇAS E JOVENS EM CONTEXTOS DO SUL GLOBAL

Quando consideramos a relação de pesquisa que se estabelece entre o adulto/pesquisador e as crianças e os jovens pesquisados, precisamos atentar para o contexto que contorna este pacto de pesquisa e ter em vista quem são e quais as condições dos sujeitos implicados no processo e como isso pode se articular com as propostas metodológicas e as questões que levantamos em nossas investigações. Sinalizamos, assim, para importância de um olhar atento à situação dos sujeitos envolvidos na pesquisa, em relação às estruturas sociais nas quais estão inseridos e em relação às condições geopolíticas e às estruturas de poder as quais estão subordinados.

Destacamos que, para além da questão geracional discutida acima, outros marcadores atravessam as vivências de crianças e jovens e seu campo possível de ação e inclusive podem inserir nuances importantes nas relações de pesquisa. Best (2007), Mayorga e Pinto (2013) afirmam que a condição da juventude – e acrescentamos a condição infantil – intersecciona com muitas outras que dizem respeito a classe social, raça, gênero, território etc. Estas categorias se articulam legitimando e perpetuando determinadas lógicas de opressões.

Neste sentido, é fundamental termos em vista que se ser criança ou jovem consiste em uma desvantagem social e política em relação aos adultos; esta desvantagem e iniquidade se torna ainda mais significativa quando consideramos uma determinada população de jovens que vivem em contextos de precariedade social, marcados pela violência, imprevisibilidade, insegurança, altos índices de exclusão social, frágil estado de direito, ou seja, contextos que comprometem de maneira profunda e constante o bem-estar e a sobrevivência da maioria dos seus membros (Orellana, 2016). Consideramos, assim, a condição de grande parte das crianças e jovens da América Latina, que vivem outras situações de dominação que não a propriamente etária. Segundo Castro (no prelo), grande parte das crianças – e aqui acrescentamos os jovens – no Sul Global estão “enredadas na posição em que se coloca a grande parte dos países do Hemisfério Sul, cuja formação social está marcada pela colonização, alguns pela escravidão, e desde o início, por se situarem na periferia de uma ordem global de dominação e exploração política, econômica, cultural e subjetiva” (s.p.).

As desigualdades e injustiças que se estruturaram na realidade latino-americana têm sua origem na colonização e são ampliadas em decorrência das relações assimétricas de dominação e subordinação nos âmbitos da produção, do poder político e da estrutura de classes, tendo em vista sobretudo os processos de exploração econômica e dominação política, que se articulam com aspectos territoriais, demográficos, étnicos e de gênero (Wanderley, 2017). Estas profundas assimetrias nas relações sociais são expressas, sobretudo, pela concentração de poder e riqueza em certos setores e classes sociais e pela pobreza e opressão de outros setores e classes, que foram e continuam sendo a maioria da população.

A população infanto-juvenil é um dos grupos sociais mais afetados pelas crises econômicas, políticas, laborais e educacionais (Marcial, 2013) e a que mais sofre o impacto das desigualdades sociais. Hoje, no Brasil, grande parte das crianças e jovens se deparam com um sistema educacional e um mercado de trabalho que não são capazes de garantir a realização de suas aspirações, pela precariedade estrutural e pela falta de oportunidades. Somado a isso,

destacamos o alto índice de homicídios cometidos contra a população mais jovem, em sua maioria negra, no Brasil (Cerqueira et al., 2020). Estes jovens são particularmente visados por ações repressivas e sua presença no espaço público muitas vezes é objeto de constante vigilância e suspeita (Savegnago, 2018).

Tendo em vista este cenário, questionamos como nossas pesquisas podem servir aos interesses e às condições destes sujeitos inseridos em contextos de precariedade, incerteza e falta de garantias. Destacamos a afirmação de Cooper, Swartz e Mahali (2019) de que urgentes desafios dominam a vida dos jovens dos países do Sul Global, demandando teorias e investigações que sejam capazes de analisar os constrangimentos contextuais multidimensionais da experiência de vida dos jovens, contextos em que estes precisam se adaptar, movimentar-se rapidamente e sobreviverem a condições precárias.

Tendo em vista estes aspectos, uma situação importante que precisamos problematizar se refere a quando o pesquisador utiliza teorias e métodos que contém suposições contextuais que estão em desacordo com as circunstâncias com as quais os crianças e jovens participantes da pesquisa estão sendo confrontados. De acordo com Cooper, Swartz e Mahali (2019), os estudos da juventude frequentemente assumem generalizações universais, apesar de raramente tomarem o Sul Global, ou a sua infância e juventude, populações, ontologias, valores e política como o foco da pesquisa. Neste sentido, concordamos com Castro (2019) e Everatt (2015), que apontam que a agenda internacional de pesquisas sobre infância e juventude, muitas vezes dominada pelos interesses e preocupações do Norte Global, não necessariamente dialoga com as vidas da grande maioria de crianças e jovens nas periferias do mundo. Em muitos casos, pesquisar a infância e a juventude na América Latina envolve uma adequação das investigações ao que é legitimado e considerado relevante na perspectiva da agenda internacional, desfavorecendo a construção de demandas de pesquisa a partir de problemas e interesses locais (Castro, no prelo).

Tendo em vista esta busca por uma adequação das escolhas metodológicas aos contextos e às condições de vida das crianças e jovens participantes, referimos a seguir algumas experiências de pesquisa nas quais os/as pesquisadores/as sinalizaram como os percursos metodológicos escolhidos podem dialogar ou não com a situacionalidade dos sujeitos participantes da pesquisa e como a atenção a estes aspectos pode oferecer encaminhamentos importantes ao processo de investigação.

Langevang (2007) relata uma experiência com a utilização da ferramenta de desenho das linhas de vida com jovens de Gana, no intuito de acessar as aspirações, planos, esperanças e sonhos dos jovens para o futuro. Foi solicitado a cada participante que predissesse sua situação de vida no futuro imediato e distante, em relação aos diferentes campos da vida (trabalho, moradia, família, educação, lazer). No entanto, a própria pesquisadora problematiza esta escolha metodológica, uma vez que pedir aos jovens (que vivem em condições de dificuldades econômicas e incertezas) que falem sobre seus planos de longo prazo pode fazer pouco sentido por não corresponder à maneira como eles realmente navegam em um ambiente em rápida mudança, onde as táticas precisam estar constantemente em sintonia com as oportunidades que surgem, onde precisam se adaptar, movimentar-se rapidamente, agir e responder de forma criativa em relação a constrangimentos e possibilidades imediatos.

Savegnago (2018), em sua pesquisa de doutorado com jovens de grupos populares do Rio de Janeiro, buscou compreender o que estes/as jovens desejavam em relação a suas vidas e como agiam no sentido de alcançar seus desejos. Tendo em vista a situação de incerteza em relação ao depois e à falta de garantias e de oportunidades vivenciada pelos/as jovens participantes, que implicava em uma dificuldade para projetarem-se a longo prazo, considerou-se que uma escolha metodológica pela utilização de entrevistas individuais com os/as jovens sobre como

estes imaginavam seu futuro faria pouco sentido para eles/as e dificultaria o acesso às suas experiências biográficas. Desse modo, a pesquisadora apostou na realização de grupos de discussão, onde os/as jovens foram convidados/as a falar sobre – e a representar através da criação de desenhos, histórias e maquetes – os trajetos que realizavam costumeiramente no ir e vir da escola e outros percursos realizados e imaginados em relação à cidade. Assim, ao analisar as mobilidades dos/as jovens pelo espaço urbano, foi possível ter acesso à relação destas mobilidades com suas ações, sonhos, desejos e sentidos atribuídos aos seus deslocamentos reais e imaginados.

O desenho metodológico da pesquisa de Grisolia (2020) envolvia a realização de grupos focais com jovens de camadas populares inseridos em universidades de prestígio. Este desenho teve que ser revisto, uma vez que muitos/as jovens de camada popular não partilhavam de horários em comum para a constituição de grupos. Isto se deu porque necessidades materiais levavam estes/as jovens à busca ou a presença no mercado de trabalho, o que diminuía significativamente a disponibilidade deles/as para a pesquisa. Assim, o expediente adotado foi a realização de entrevistas individuais.

Desse modo, consideramos a importância do questionamento sobre como nossas questões de pesquisa e escolhas metodológicas se relacionam com a situacionalidade das crianças e jovens participantes. Este expediente pressupõe uma análise crítica constante sobre os modelos teóricos e a metodologia que adotamos, além de uma atenção a como crianças e jovens podem se engajar ou não com o que lhes é proposto. Destacamos, portanto, que não há método a priori que seja garantidor da participação de crianças e jovens, mas que a mesma vai se fazer, sempre, em relação. Por isto mesmo, será sempre em um momento posterior à intervenção proposta pela pesquisa que poderemos analisar as possíveis nuances que permitiram ou limitaram a participação dos/as envolvidos/as no processo de pesquisa empreendido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo argumentamos que perspectivas relacionais e situadas de pesquisas participativas com crianças e jovens proporcionam um entendimento mais amplo e complexo dos sujeitos envolvidos nas investigações e das questões que dizem respeito a eles. O paradigma da psicologia do desenvolvimento localizou, por muito tempo e ainda hoje, as crianças e jovens como incapazes de falar, de agir por conta própria e como dependentes dos adultos nas situações de pesquisa as quais estavam inseridos. Mais recentemente, estudos da infância e da juventude problematizam essa concepção desenvolvimentista, reivindicando a agência e a autonomia das crianças e propondo menos envolvimento e regulamentação dos adultos nas investigações (Wyness, 2012). Aqui, nós nos filiamos a uma abordagem que interroga ambas as perspectivas e que se aproxima da interdependência entre crianças, jovens e adultos, através da relacionalidade, para a construção de uma pesquisa situada nos contextos sociais e atenta às disposições de poder em que os sujeitos estão inseridos.

Por ser eminentemente processual e comportar as dimensões afetiva e da opacidade subjetiva, a postura em termos de “relacionalidade” tende a não se fechar em significações prévias e em lugares de poder identificados a priori. A partir do encontro comprometido com o outro e do pacto de confiança estabelecido, o/a pesquisador/a pode deixar cair identidades que encapsulavam a sua posição e renovar e as suas possibilidades de atuação com o sujeito pesquisado/a. Assim como os jovens mantêm posições múltiplas e em movimento, os pesquisadores também (Langevang, 2007), sendo os papéis ocupados por cada sujeito na pesquisa não pré-determinados e sendo cabíveis

de renovação e transformação.

Apontamos para a importância de o/a pesquisador/a posicionar-se de forma a estar atento às implicações dos marcadores estruturais aparentes na relação da situação de pesquisa junto às crianças e jovens, reconhecê-los como parte das vivências dos sujeitos estudados e como algo a ser considerado na formulação das questões de pesquisa e propostas metodológicas. Neste sentido, a pesquisa com crianças e jovens exige uma prática reflexiva e afetiva através da qual o/a pesquisador/a considera as dinâmicas desiguais de poder que constituem a relação entre adultos e jovens e a maneira como isso afeta a pesquisa e a produção de conhecimento. Reconhecer a posição marginal dos mais jovens na sociedade e, ao mesmo tempo, reconhecê-los como atores sociais exige metodologias e uma possibilidade de escuta que favoreça que uma relação de confiança se estabeleça e que eles/as se sintam confortáveis a participarem do processo de pesquisa – sem negligenciar o envolvimento ativo e influente dos adultos em sua volta. As crianças e jovens estão situados em um mundo compartilhado com adultos, ainda que em condições de desigualdade.

Portanto, parece-nos crucial repensar conceitos e noções que idealizam e universalizam as representações das crianças e dos jovens hoje, sejam eles aqueles que subestimam tais sujeitos ou aqueles que os superestimam, evitando a reprodução de teorizações produzidas no Norte Global acriticamente. Estudos científicos sobre pesquisas participativas devem estar alinhados com uma agenda de pesquisa associada às demandas sociais e culturais locais para que tais pesquisas sirvam aos interesses da infância e juventude pesquisada e favoreçam a uma produção de conhecimento onde os pesquisadores/as do Sul se posicionem/sejam posicionados não mais como subalternos e sim, como formadores de teorizações acerca de suas próprias realidades (Castro, 2020a).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alanen, L. (2001). Explorations in generational analysis. In L. Alanen & B. Mayall (Eds.), *Conceptualizing Child-Adult relations* (pp. 11-22). London and New York: Routledge/Falmer.
- Adorno, T. & Horkheimer, M. (2006). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Best, A. (Org.). (2007). *Representing youth: methodological issues in critical youth studies*. Nova Iorque: New York University Press.
- Buck-Morss, S. (1975). Socio-economic bias in Piaget's theory and its implications for cross-culture studies. *Human development*, 18, 35-49.
- Burman, E. (2008). *Deconstructing developmental psychology*. 2 ed. Routledge: Reino Unido.
- Burman, E. (2009). Desenvolvimento desejado? Considerações psicanalíticas para o antidesenvolvimento psicológico. *A peste: revista de psicanálise, sociedade e filosofia*, 1(2), 269-294.
- Butler, J. et al. (2005). *Giving an account of oneself*. Oxford University Press.

- Castro, L. R. (1998). Uma teoria da infância na contemporaneidade. In: L. R. Castro. (Ed.), *Infância e adolescência na cultura do consumo* (pp. 16-43). Rio de Janeiro: NAU.
- Castro, L. R. (2008). Conhecer, transformar (-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In L. R. Castro & V. L. Besset (Eds.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (pp. 21-42). Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ.
- Castro, L. R. et al. (2010). *Falatório: participação e democracia na escola*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Castro, L. R. et al. (2018). Falas, afetos, sons e ruídos: as crianças e suas formas de habitar e participar do espaço escolar. *Revista Eletrônica de Educação*, 12(1), 151-168.
- Castro, L. R. (2020a). Age epistemology and the politics of age. In C. Baraldi, C. & L. R. Castro, L. R. (Eds.), *Global childhoods in international perspective: universality, diversity and inequalities*. Sage: Reino Unido.
- Castro, L. R. (2020b). Decolonising child studies: development and globalism as orientalist perspectives. *Third World Quarterly*, 1-18.
- Castro, L. R. (no prelo). Os universalismos no estudo da infância: a criança em desenvolvimento e a criança global. In L. R. Castro (Ed.), *Infâncias do Sul global: experiências, pesquisas e teoria desde a Argentina e o Brasil*. Salvador: EdUFBA.
- Cerqueira, D. R. C. et al. (2020). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea.
- Christensen, P., & Prout, A. (2002). Working with ethical symmetry in social research with children. *Childhood*, 9(4), 477-497.
- Cooper, A., Swartz, S., & Mahali, A. (2019). Disentangled, decentred and democratised: youth studies for the global South. *Journal of Youth Studies*, 22(1), 29-45.
- Czermak, M. (2013). *A porta de entrada e a clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Tempo Freudiano.
- Everatt, D. (2015) The politics of non-belonging in the developing world. In: Wyn, J. & Cahill, H. *Handbook of children and youth studies* (pp. 63-78). Singapura: Springer.
- Figueiras-Mas, M., Perondi, M., & Flores, C. (2020). Metodologias participativas: reflexões e desafios metodológicos na pesquisa com, sobre e para jovens. *Desidades*, 8(27), 7-9.
- Figueiredo, L. C. (2008). *Matrizes do pensamento psicológico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

- Freud, S. (2001). *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1900).
- Grisolia, F. (2020). *Jovens de camadas populares em instituições de prestígio: dinâmicas e contradições na construção de uma trajetória universitária*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Hanson, K. (2016). Children's participation and agency when they don't 'do the right thing'. *Childhood*, 23(4), 471–475.
- Hollway, W. (2005). Gender difference and the production of subjectivity. In J. Henriques et al. (Ed.), *Changing the subject: psychology, social regulation and subjectivity* (pp. 223-261). Londres: Routledge.
- Hook, D. (Org.). (2014). *Critical Psychology*. UCT Press: África do Sul.
- Henriques, J. et al. (2005). *Changing the subject: psychology, social regulation and subjectivity*. Londres: Routledge.
- Jasper, J. M. (1998). The emotions of protest: Affective and reactive emotions in and around social movements. In: *Sociological forum* (p. 397-424). Kluwer Academic Publishers-Ienum Publishers.
- Langevang, T. (2007). Movements in Time and Space: Using Multiple Methods in Research with Young People in Accra, Ghana. *Children's Geographies*, 5(3), 267-282.
- Lara, J. S. (2016). *A responsabilidade no encontro com o outro: uma aposta ética a partir da infância*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Lohmeyer, B. (2020) 'Keen as fuck': youth participation in qualitative research as 'parallel projects'. *Qualitative Research*, 20 (1), 39-55.
- Marcial, R. (2013). Jóvenes contemporáneos: entre las nuevas tendencias y las viejas insistencias. In J. A. Menezes, M. R. Costa, & T. C. S. Araújo (Eds.), *JUBRA: territórios interculturais de juventude* (pp. 21-36). Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Mayorga, C. & Pinto, G. P. (2013). Juventudes: a pluralização da experiência ou a invisibilidade das relações de poder. In J. A. Menezes, M. R. Costa, & T. C. S. Araújo (Eds.), *JUBRA: territórios interculturais de juventude* (pp. 101-114). Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Menezes, J., Colaço, V., & Adrião, K. (2018). Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia*, 9(1), 8-17.

- Nandy, A. (2015). *A imaginação emancipatória*. (Ed. L. Rabello de Castro). Belo Horizonte: UFMG.
- Orellana, C. I. (2016). El desafío de construir una Psicología del desarrollo crítica en sociedades inhóspitas. *Revista Costarricense de Psicología*, 35(2), 67-82.
- Ost, D. (2004). Politics as the mobilization of anger: emotions in movement and in power. *European Journal of Social Therapy*, 7(2).
- Parker, I. (1989). *The crisis in modern social psychology and how to end it*. Londres: Routledge.
- Piaget, J. (1999) *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Prout, A. & James, A. (2015). A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In A. James & A. Prout (Eds.), *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood* (pp. 7-33). London: Falmer. (Original publicado em 1997).
- Qvortrup, J. (2010) A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, 36 (2), 631-644.
- Rogers, W. (2011). *Social Psychology*. 2 ed. Berkshire: Open University Press.
- Savegnago, S. D. O. (2018). *Oportunidades de vida: fortuidades do tempo e mobilidades no espaço de jovens pobres cariocas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Szulc, A. (no prelo). Más allá de la agencia y las culturas infantiles. Reflexiones teóricas a partir de una investigación antropológica con niños y niñas mapuche en y a partir del sur. In L. R. Castro (Ed.). *Infâncias do Sul global: experiências, pesquisas e teoria desde a Argentina e o Brasil*. Salvador: EdUFBA.
- Walkerdine, V. (1995). O raciocínio em tempos pós-modernos. *Educação & Realidade*, 20(2), 207-226.
- Wanderley, L. E. W. (2017). A questão social no contexto de globalização: o caso latino-americano e caribenho. In L. B. Belfiore-Wanderley, L. Bógus, & M. C. Yasbek (Eds.), *Desigualdade e a questão social* (pp. 61-172). 4 ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC.
- Wyn, J; White, R. (1997) *Rethinking Youth*. Australia: Allen & Unwin.
- Wyness, M. (2012). Children's participation and intergenerational dialogue: bringing adults back into the analysis. *Childhood*, 20(4), 429-442.